



UNIFEOB

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PROJETO INTEGRADO

**PROPOSTA DE UM PLANO DE CONTAS PARA
UMA EMPRESA COMERCIAL**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2019

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO

OCTÁVIO BASTOS

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

PROPOSTA DE UM PLANO DE CONTAS PARA

UMA EMPRESA COMERCIAL

MÓDULO 05 – CONTABILIDADE APLICADA

CONTABILIDADE AVANÇADA – PROF. RODRIGO SIMÃO DA COSTA

ANÁLISE DE NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS–
PROF. RODRIGO SIMÃO DA COSTA

TEORIA DA CONTABILIDADE – PROF. RODRIGO SIMÃO DA COSTA

PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS - PROF. RODRIGO SIMÃO DA COSTA

CONTABILIDADE COMERCIAL – PROF. RODRIGO SIMÃO DA COSTA

Estudantes:

Jessica Belizário Anselmo, RA 1700733

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2019

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	04
2 PROJETO INTEGRADO	05
2.1 CONTABILIDADE AVANÇADA	05
2.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRONUNC. CONTÁBEIS	05
2.3 TEORIA DA CONTABILIDADE	06
2.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS	07
2.5 CONTABILIDADE COMERCIAL	09
3 CONCLUSÃO	12

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ferramenta de fundamental importância para o controle de um empreendimento. Por meio dela é possível extrair uma série de informações importantes para a tomada de decisão, para controlar e acompanhar as operações, além de facilitar o planejamento como um todo.

Enfim, o que se pode dizer é que a contabilidade é governada por um conjunto de leis de formação, as chamadas de Princípios da contabilidade, que servem para deixarmos mais fácil a utilização da contabilidade no dia a dia.

As leis da Contabilidade representam as teorias da ciência da contabilidade facilitando a utilização da mesma, no seu objetivo que é estudar os bens e direitos de uma empresa.

2 PROJETO INTEGRADO

2.1 CONTABILIDADE AVANÇADA

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

O valor do investimento, portanto, será determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social, sobre o patrimônio líquido de cada sociedade coligada ou controlada.

As demonstrações consolidadas, segundo o CPC 36, são as demonstrações contábeis de grupo econômico, em que os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentados como se fossem uma única entidade econômica.

2.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRON. CONTÁBEIS

Critérios de Avaliação do Ativo:

- Capital (investimento dos sócios)
- Reservas (capital de lucros)
- Lucros e prejuízos acumulados (resultado do desenvolvimento da organização, pode ser: positivo ou negativo).

Valores aumentados diante crédito, e reduzido no Débito.

Patrimônio líquido = diferença entre bens, direitos e obrigações.

Exemplo:

Ativo: bens + direitos
140mil

Passivo: obrigações
50 mil

Patrimônio líquido: 90 mil

Lucro: 40 mil

Saldo positivo

- Ativo = passivo (sem valores do patrimônio líquido)

Não existe capital próprio: situação de alerta! Situação nula!

- Patrimônio líquido + ativo = Passivo
- Algumas dividas não serão pagas

Lado ditério do balanço patrimonial

Ativo:	Passivo:
90.000,00	85.000,00
7.000,00	4.000,00
40.000,00	20.000,00
<u>70.000 ,00</u>	<u>50.000,00</u>
207.00 ,00	120.000,00

Patrimônio líquido: 87.000,00

2.3 TEORIA DA CONTABILIDADE

Enfim, o que se pode dizer é que a contabilidade é governada por um conjunto de leis de formação, as chamadas de Princípios da contabilidade, que servem para deixarmos mais fácil a utilização da contabilidade no dia a dia.

As leis da Contabilidade representam as teorias da ciência da contabilidade facilitando a utilização da mesma, no seu objetivo que é estudar os bens e direitos de uma empresa.

Os 6 princípios fazem com que já de início se tenha uma visão bem ampla da contabilidade em si:

- O Princípio da Entidade reconhece o patrimônio como o objeto da contabilidade;
- O Princípio da Continuidade são as diferenças, as situações pelas quais passam o patrimônio. A continuidade da contabilidade é um aspecto a ser observado cuidadosamente para que se tenha um controle da situação.
- O Princípio da Oportunidade se refere ao mesmo tempo, a um todo e a cada fase do patrimônio, determinando o que deve ser feito de imediato independente do que possa ocorrer.
- O Princípio do valor original, utiliza e mantém atualizado o valor de entrada.
- O Princípio da Competência tem o objetivo de decidir quando as alterações patrimoniais vão aumentar ou diminuir o patrimônio líquido.

- O Princípio da Prudência reforça as necessidades de apresentar informações que reflitam o patrimônio líquido, gera precauções por parte do contador, impõe escolha da hipótese de que resulte menos PL.

2.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil é o registro regular dos atos e fatos administrativos, através de processo manual, mecanizado ou eletrônico.

As formalidades da escrituração contábil são estipuladas pelo Decreto Lei 486/1969.

ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS DOS REGISTROS:

- A escrituração será executada;
- Em idioma e moeda corrente nacionais;
- Em forma contábil;
- Em ordem cronológica de dia, mês e ano;
- Com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens;
- Com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

Plano de Contas (ou Elenco de Contas) é o conjunto de contas, previamente estabelecido, que norteia os trabalhos contábeis de registro de fatos e atos inerentes à entidade, além de servir de parâmetro para a elaboração das demonstrações contábeis

Centro de custos são unidades dentro de uma organização e geralmente são projetos ou departamentos de uma empresa. É uma maneira eficiente de agrupar despesas e receitas, para uma melhor análise de partes do negócio.

O Livro Registro de Entradas é obrigatório para todas as empresas comerciais, estabelecido pelo Regulamento do ICMS de cada estado, com o objetivo de registrar as notas fiscais de entradas, destacando-se os ICMS incidentes pelas compras.

É destinado à escrituração dos documentos fiscais relativos às entradas de mercadorias ou bens e às aquisições de serviços de transporte e de comunicação efetuadas a qualquer título pelo estabelecimento, quando contribuinte do ICMS.

Caso o contribuinte seja também indústria, é utilizado um mesmo livro de registro de entradas, modelo próprio, com destaques do IPI e ICMS pelas compras de mercadorias (modelo 1).

As operações serão escrituradas individualmente, na ordem cronológica das efetivas entradas das mercadorias no estabelecimento ou na ordem das datas de sua aquisição ou desembaraço aduaneiro, quando não transitarem pelo estabelecimento adquirente ou importador.

Os registros serão feitos, documento por documento, desdobrados em linhas de acordo com a natureza das operações, segundo o Código Fiscal de Operações e Prestações - CFOP, da seguinte forma:

I - Na coluna “Data da Entrada”: data da entrada efetiva do produto no estabelecimento ou data da sua aquisição ou do desembaraço aduaneiro, se o produto não entrar no estabelecimento;

II - Nas colunas sob o título “Documento Fiscal”: espécie, série, se houver, número e data do documento fiscal correspondente à operação, bem como o nome do emitente e seus números de inscrição no CNPJ e no Fisco estadual, facultado, às unidades federadas, dispensar a escrituração das duas últimas colunas referidas neste item;

III - Na coluna “Procedência”: abreviatura da outra unidade federada, se for o caso, onde se localiza o estabelecimento emitente;

IV - Na coluna “Valor Contábil”: valor total constante do documento fiscal;

V - Nas colunas sob o título “Codificação”:

a) coluna “Código Contábil”: o mesmo código que o contribuinte eventualmente utilizar no seu plano de contas; e

b) coluna “Código Fiscal”: o previsto no CFOP;

VI - “Valores Fiscais” e “Operações Com Crédito do Imposto”:

a) coluna “Base de Cálculo”: valor sobre o qual incide o imposto; e

b) coluna “Imposto Creditado”: montante do ICMS/IPI;

VII - “Valores Fiscais” e “Operações Sem Crédito do Imposto”:

a) coluna “Isenta ou Não Tributada”: valor da operação, quando se tratar de entrada de produtos cuja saída do estabelecimento remetente tenha sido beneficiada com isenção do imposto ou esteja amparada por imunidade ou não incidência, bem como o valor da parcela correspondente à redução da base de cálculo, quando for o caso; e

b) coluna “Outras”: valor da operação, deduzida a parcela do imposto, se consignada no documento fiscal, quando se tratar de entrada de produtos que não confirmam ao estabelecimento destinatário crédito do imposto, ou quando se tratar de entrada de produtos cuja saída do estabelecimento remetente tenha sido beneficiada com suspensão do imposto ou com a alíquota zero; e

VIII - na coluna “Observações”: anotações diversas.

Os documentos fiscais relativos às entradas de materiais de consumo poderão ser totalizados segundo a natureza da operação, para efeito de lançamento global no último dia do período de apuração, exceto pelo usuário de sistema eletrônico de processamento de dados.

A escrituração será encerrada no último dia de cada período de apuração do imposto.

Os contribuintes arquivarão as notas fiscais, segundo a ordem de escrituração.

2.5 CONTABILIDADE COMERCIAL

Como Contabilizar Os Impostos Sobre Vendas IPI e ICMS SOBRE VENDAS

O IPI e o ICMS incidente sobre vendas deve ser deduzido da receita bruta, para a determinação da receita líquida de faturamento.

O IPI, quando destacado na nota fiscal e cobrado do cliente, é contabilizado diretamente em IPI a Recolher, no passivo circulante.

No entanto, existem empresas que, por conta melhores controles, ou por formação de estatísticas de gerenciamento, contabilizam o IPI destacado, como também o ICMS substituição tributária, em contas de resultado.

Neste caso, sugiro a adoção da seguinte estrutura no plano de contas:

FATURAMENTO BRUTO

(-) IPI Faturado

(-) ICMS Substituição Tributária

(=) RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Vamos supor uma venda de produtos com os seguintes valores constantes na nota fiscal:

Valor dos produtos – R\$ 200.000,00

IPI Destacado – R\$ 20.000,00

Valor total da NF – R\$ 220.000,00

ICMS – R\$ 36.000,00

D – Clientes (Ativo Circulante – Contas a receber) R\$ 220.000,00

C – Faturamento Bruto (Resultado – Receita de vendas) R\$ 220.000,00

D – IPI Faturado (Resultado – Deduções da receita bruta) R\$ 20.000,00

C – IPI a Recolher (Passivo Circulante – Impostos a recolher) R\$ 20.000,00

D – ICMS sobre Vendas (Conta de Resultado – Deduções da receita) R\$ 36.000,00

C – ICMS a Recolher (Passivo Circulante – Impostos a recolher) R\$ 36.000,00

PIS E COFINS SOBRE VENDAS

Os valores de PIS e COFINS incidentes sobre a receita de vendas são debitados em contas próprias de resultado, tendo como contrapartida contas do passivo circulante, assim, a contabilização deve ser feita desta maneira:

D – PIS sobre Vendas (Resultado – Dedução da receita)

C – PIS a Recolher (Passivo Circulante – Impostos a recolher)

D – COFINS sobre Vendas (Resultado – Dedução da receita)

C – COFINS a Recolher (Passivo Circulante – Impostos a recolher)

ISS SOBRE VENDAS

A contabilização do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), segue o mesmo procedimento adotado no registro do ICMS sobre vendas.

Assim como ocorre com o IPI e o ICMS, a escrituração do ISS pode ser feita nota a nota, ou por totalizações, diárias ou mensais, sempre com base na escrituração do livro fiscal do ISS.

Vamos imaginar a seguinte situação:

Valor da Nota Fiscal de Serviços: R\$ 10.000,00

Valor do ISS devido: R\$ 500,00

D – Clientes (Ativo Circulante – Contas a receber) R\$ 10.000,00

C – Receita de Serviços (Resultado) R\$ 10.000,00

D – ISS sobre Serviços (Resultado – Dedução da receita) R\$ 500,00

C – ISS a Recolher (Passivo Circulante – Impostos a recolher) R\$ 500,00

Como dito anteriormente, a empresa pode optar pela escrituração resumida, ou seja, efetuar os lançamentos em partidas mensais, assim, o registro contábil poderá ser efetuado com base no livro fiscal do ISS, que é destinado a apuração do imposto a recolher.

SIMPLES NACIONAL

O procedimento para contabilização dos tributos englobados no Simples Nacional é o mesmo para os demais tributos que guardam relação com a receita de vendas, ou seja, debitamos uma conta de resultado e creditamos uma conta no passivo circulante relativa a esta obrigação.

Exemplo de contabilização:

D – Simples Nacional (Resultado – Dedução da receita)

C – Simples Nacional a Recolher (Passivo Circulante – Impostos a recolher)

Os valores de face das duplicatas descontados, de acordo com os preceitos contábeis, devem ser registrados numa conta do passivo circulante. Esta conta passiva recebe o nome de “duplicatas descontadas”, tendo saldo credor.

3 CONCLUSÃO

O assunto abordado no trabalho, fala sobre a importância de uma boa contabilidade para uma empresa e seus administradores, os fatores principais que tem que ter para se fazer o uso da contabilidade, assim como seus colaboradores principais, para que possa fazer um uso de forma bem transparente, fazer o possível para que não tenha erros gravíssimos, muitos empresários deixa a desejar não entregam toda documentação necessária para o contador, ou só os procura quando necessitam de algo urgente, assim como as empresas de pequeno e grande porte o governo e outros órgãos públicos fazem o uso da contabilidade, e usuários em comum como alguns investidores, a contabilidade é conhecida como uma ciência que estuda e controla os patrimônios das entidades, passando confiança e transparência para os usuários, denominando as técnicas usadas para se fazer uma boa contabilidade.